

## Elogio da Tolerância – A Escola de Braga e Delfim Santos

*Manuel Maria de Magalhães*

[Filipe Delfim Santos e José António Alves, org. (2011) *Escola de Braga, A correspondência com Delfim Santos*, Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, 142 pp.]

Toda a relação tem um ponto de encontro, um espaço e um tempo onde tudo começa. O *pathos* do encontro entre Delfim Santos e os jesuítas da Escola de Braga esteve em Mendoza na Argentina, onde em abril de 1949 teve lugar um Congresso Nacional de Filosofia. Companheiros de viagem e conferencistas no congresso, Delfim Santos e o jesuíta Severiano Tavares passaram de um mero conhecimento formal a uma relação existencial. A fragilidade da condição humana, expressa numa pneumonia, atirou o pensador portuense para uma cama. A delicadeza da situação proporcionou um estreitar de relações entre os dois viajantes, devido à dedicação que Severiano teve para com a recuperação do seu acidental e acidentado companheiro. A sabedoria popular afirma ser nas horas difíceis que se conhecem os amigos, nascendo assim uma amizade que se manteve até à morte do padre jesuíta. A mais de meio século de distância é óbvio concluir que o livro *Escola de Braga – A correspondência com Delfim Santos* não seria possível sem esses acontecimentos. Ainda que a *proto-história* da relação entre o pensador portuense e os fundadores da Escola de Braga aponte duas cartas de Diamantino Martins, anteriores ao congresso de Mendoza, o leitor facilmente perceberá a mudança de paradigma relacional após o regresso da Argentina. Interessará em primeiro lugar conhecer os personagens deste enredo, começando por perceber o que é a Escola de Braga.

Após a terceira expulsão da Companhia de Jesus dos territórios lusos, motivada pelo espírito antijesuítico da Primeira República, os jesuítas portugueses obtiveram em La Guardia (1920), passando no ano seguinte para Santa Maria de Oya (Pontevedra), a oportunidade de restaurar os estudos

filosóficos da província portuguesa da Companhia de Jesus. Com as convulsões resultantes da instabilidade que a implantação da Segunda República teve em Espanha, a primeira comunidade jesuítica a atravessar o rio Minho foi a do Juniorado Filosófico, ou seja, a dos padres e estudantes de Filosofia. Assim, na época natalícia de 1931, esta comunidade vai provisoriamente para o Convento da Costa em Guimarães e no ano de 1934 fixou-se na rua de S. Barnabé, em Braga, onde se edificará o 'Instituto de Filosofia Beato Miguel de Carvalho'. Em outubro desse ano teve início o ano letivo, sob a reitoria de Paulo Durão Alves, que acumulava o cargo com o de provincial da Companhia de Jesus. Depois do Colégio das Artes em Coimbra e dos Conimbricenses (entre 1555 e 1759), e do Colégio do Espírito Santo em Évora e os Eborenses (1556-1759), extintos após a perseguição aos jesuítas e sua expulsão pombalina, estavam reunidas as condições para a criação de um terceiro polo intelectual na história da Companhia de Jesus em Portugal, a Escola de Braga e os Bracarenses.

Os jesuítas foram pioneiros numa mudança de paradigma no ensino da Filosofia: ela deixava de estar ao serviço da constituição de uma cronologia histórica do pensamento filosófico. Pelo contrário, a História serve a Filosofia na medida em que faz presente os diferentes problemas que os antigos nos legaram, nos diversos tipos de saberes humanos: do senso comum à ciência, passando pela arte e pela religião. O protagonismo é conferido às grandes áreas problematizadoras da Filosofia, a Gnosiologia, a Ética e a Ontologia/Metafísica, a partir das questões legadas pela revolução kantiana, o *que posso saber?*, o *que devo fazer?* e o *que devo esperar?*, sem esquecer os princípios reguladores do pensamento formal, ou seja, a Lógica. A dúvida, não as certezas, são o verdadeiro *alfa e ómega* da atividade filosófica, alicerçadas num método aristotélico-tomista herdado dos colégios do passado e renovado pelas novas correntes emergentes oriundas do centro da Europa, que conheceu o nome de neotomismo.

Qualquer Escola digna desse nome necessita sempre de um veículo de transmissão de pensamento que extravase as quatro paredes de uma sala de aula. Deste modo foi criada em 1945 a *Revista Portuguesa de Filosofia*. O primeiro editorial marcou logo a diferença. A partir de uma linguagem crua e

incisiva, castigava os últimos duzentos anos de atividade filosófica, ambicionando sobretudo fazer diferente, em consequência dos ditames anteriormente descritos sobre a Escola no seu geral.

Desde os primeiros tomos a *Revista* deu provas de não operar em circuito fechado. Não se limitava a publicar textos dos pais fundadores. Pelo contrário, logo nos três primeiros anos puderam ler-se artigos de outras correntes e academias portuguesas, como são o caso de João Ameal, António José Brandão, Miranda Barbosa e José Vicente. Além disso, embora revista portuguesa, não se confinou ao *retângulo*. Pelo contrário, obrigou-se a um esforço de internacionalização, abarcando não apenas o velho continente: Alberto Reyna, Frederick Copleston, Eleutério Elorduy, Gabriel Marcel, Adrian Zuleta, Francisco Tejada e Michele Sciacca. Em suma, a filosofia portuguesa era o ponto de partida para uma contextualização internacional na procura de relações de diálogo. Este foi e continua a ser o mote da *Revista* ao longo dos seus sessenta e sete anos de existência.

A tudo isto assistiu Delfim Santos. É interessante traçar um paralelo existencial entre o regresso da Companhia de Jesus e o pensador portuense. Em 1931 termina na Faculdade de Letras da Universidade do Porto o seu curso de Ciências Histórico-Filosóficas, onde foi aluno de Leonardo Coimbra e companheiro de Agostinho da Silva, José Marinho, Sant'Anna Dionísio, Álvaro Ribeiro e Augusto Saraiva. Após o estudo das disciplinas pedagógicas na Universidade de Coimbra, onde conheceu Joaquim de Carvalho e Sílvio Lima, faz em Lisboa o seu estágio no Liceu Pedro Nunes, vindo a ser examinado em Exame de Estado por Francisco Vieira de Almeida e Fidelino Figueiredo, partindo logo após como bolseiro para Viena de Áustria. Em 1935 trava conhecimento pessoal com Henri Bergson. Em 1936 estuda em Berlim com Nicolai Hartmann e Eduard Spranger. Em 1937 estuda em Cambridge. Regressa a Berlim onde ficará até 1942. Entretanto, e durante uma licença para esse fim requisitada, conclui o doutoramento em Coimbra em 1940, com a tese *Conhecimento e Realidade*, tendo como arguentes Francisco Vieira de Almeida e Joaquim de Carvalho. Em 1942 volta definitivamente para Portugal e no ano seguinte entra para o corpo docente da Faculdade de Letras de Lisboa.

Delfim Santos não é de todo um pensador de fácil catalogação. Erradamente Paulo Durão Alves apelidou-o «*de existencialista ateu de tipo heideggeriano*» na recensão que fez ao seu livro de 1947, *Fundamentação Existencial da Pedagogia*, na *Revista Portuguesa de Filosofia*. Se a existência humana, nas suas contingências e fragilidades, fazia parte do seu labor intelectual, tendo encontrado em Heidegger um parceiro de diálogo, tal orientação não fez dele necessariamente um heideggeriano. Por outro lado, a procura de fundamentação do sentido da existência humana no próprio homem e não em valores absolutos dados *a priori* também não fez dele um ateu. É seguro que não professava uma Filosofia teísta, mas este facto não o coloca no extremo oposto. Pode-se de algum modo dizer que as questões da transcendência não faziam parte do seu labor intelectual, o que é diferente de se afirmar que as negava. Por muitos, também erradamente, é colocado no grupo do Leonardo Coimbra. Lúcio Craveiro da Silva percebeu a questão num artigo que escreveu em 1958 sobre a situação da Filosofia em Portugal por essa altura. Ter sido aluno e admirador de Leonardo Coimbra não foi mais para Delfim Santos do que um ponto de partida, o que é assumido pelo bracarense em carta que lhe dirigiu, reconhecendo a dificuldade de uma «*classificação mais apropriada*» (109). Nesse estudo, Craveiro da Silva faz uma das caracterizações mais felizes do pensador portuense: livre e descomprometido de qualquer corrente filosófica, absorto e ancorado na radicalidade das questões filosóficas.

Como se afirmou anteriormente, Delfim Santos foi um espetador atento, ainda que distanciado, do regresso e reorganização da província portuguesa da Companhia de Jesus a Portugal, cujo expoente máximo, do ponto de vista cultural, residiu na elevação da Escola de Braga a Faculdade Pontifícia. Mas após o congresso de Mendoza passou a assistir de uma forma privilegiada, e, em diversos momentos, interessada, aos trabalhos dos bracarense. Para isto, como narramos logo no início deste texto, em tudo contribui a amizade com Severiano Tavares. A maioria das cartas do livro são deste seu amigo (quarenta e sete num total de sessenta e uma). Num clima próximo, ainda que não íntimo, formal, mas não frio, lemos as diversas peripécias intelectuais e existenciais que Severiano Tavares conta ao seu amigo. Percebe-se que, do

outro lado, ainda que não tenhamos acesso às fontes, assunto em que se refletirá mais adiante, o tom seria o mesmo. No período que mediou a relação (entre 1949 e 1945, sem hiatos temporais), o padre jesuíta, para além de comentar a vida intelectual do pensador português foi, enquanto secretário da revista, acompanhando esse mesmo percurso, dando notícia neste órgão das conferências que ia fazendo, elogiando e felicitando em algumas situações como foi o caso da sua unânime aprovação no concurso para professor catedrático.

No entanto, e sobretudo até ao Congresso Nacional de Filosofia em Braga, Delfim Santos não colhia a unanimidade no seio dos bracarenses. Já reportamos neste texto o caso duma recensão frontal e incisiva de Paulo Durão Alves. Numa outra instância, bem mais dura, em panfleto publicado sob pseudónimo, o seu colega da Faculdade de Letras Moreira de Sá desferira um ataque feroz à sùmula que Delfim Santos fizera da *História da Filosofia em Portugal*. Em Lisboa, o jesuíta P.<sup>o</sup> Agostinho Veloso dá cobertura ao ato e comenta na *Brotéria* este panfleto acriticamente, causando um natural agastamento no pensador português. Refira-se que Severino Tavares lhe escreve a desdramatizar o caso, confortando o amigo (71-72). Se nesta altura Delfim Santos era visto com desconfiança em certos setores da Igreja, mormente por alguns bracarenses, em outros, que não apenas o seu amigo de Mendoza, era tido na mais alta consideração. Exemplo disso são as duas cartas que Diamantino Martins lhe enviou, ainda em 1945, onde se confessa seu admirador (41-42).

A este respeito importará acrescentar uma pequena nota. Em regra os críticos da Escola de Braga e dos jesuítas em geral, caem frequentemente na falácia de tomarem a parte, ou partes, pelo todo. Escudando-se na questão da obediência jesuítica, tendem a fazer passar a ideia de que estes pensam todos da mesma forma. O anedotário popular diz-nos que uma das coisas que Deus não controla é o que um jesuíta pensa. Esta caricatura humorística ilustra bem a diversidade de pensamento que subjaz no interior da ordem. É certo que são todos unidos na mesma missão, nas palavras do santo fundador, *em tudo amar e servir ad maiorem Dei gloriam*. No entanto, cada jesuíta é um universo em si e é no respeito por esta diversidade que eles encontram a unidade.

De regresso às consequências de Mendoza: da correspondência que se seguiu o leitor presumirá que, além da amizade travada, ficou também um profundo debate de ideias e concertação de projetos comuns. Ainda que não seja explícito nas cartas, duas ideias centrais parecem ter surgido na Argentina: a urgência na organização de um Congresso Nacional de Filosofia e a necessidade de criação de uma Sociedade Portuguesa de Filosofia. Começemos pela primeira, que constituiu um marco no pensamento português do século XX.

O leitor dará conta de todas as atribuições para a efetivação do mesmo Congresso que iria ter lugar em 1955. Em primeiro lugar, de ordem burocrática: não se pode esquecer que Portugal estava em ditadura e que todas as licenças desta índole seriam sempre escarpelizadas ao mais ínfimo pormenor, na procura de algo que pudesse colocar em causa a doutrina oficial do Estado. Quem ia e para dizer o quê era de vital importância para a guarda pretoriana do regime. Outra dificuldade prendeu-se com o clima de tensão que se vivia entre academias e no mundo intelectual. A meteórica ascensão dos bracarenses suscitou sentimentos de ira e inveja, fazendo ressurgir, por vezes, o antijesuitismo dos tempos da primeira república. O meio intelectual português, desde a primeira república, era sobretudo laico e avesso a intromissões da Igreja no panorama cultural. Algumas destas pessoas estiveram na base do édito de expulsão dos jesuítas nesse período, basicamente com os mesmos argumentos pombalinos, ou seja, anacronia metodológica e dogmatismo teórico. Por outro lado, o primeiro editorial da *Revista Portuguesa de Filosofia* também não optou pela *via diplomática* para o seu surgimento no panorama cultural português, independentemente da razão que lhe pudesse assistir. Seguramente, nenhum intelectual terá ficado em paz ao ler aquelas palavras. As mais mordazes críticas documentadas podem ser encontradas na carta que Eduardo Lourenço escreveu a Delfim Santos (127-128). Ainda que com discernimento para reconhecer as virtudes do *inimigo*, Lourenço seguramente desconhecia a relação que o seu amigo mantinha com Severiano Tavares e, para além de desferir um ataque impiedoso aos bracarenses, tenta ainda demover o pensador portuense de qualquer colaboração com o anunciado Congresso.

Delfim Santos, possivelmente em função do episódio passado na *Brotéria* e da recensão de Paulo Durão Alves na *Revista Portuguesa de Filosofia*, nunca escreveu um artigo para a mesma, ainda que tenha sido, como se lê nas cartas, desafiado para tal, quer por Severiano Tavares, quer, mais tarde, por Bacelar e Oliveira e ainda por Lúcio Craveiro da Silva. Nunca se comprometeu, quer com a Escola, quer com a *Revista*. A única exceção será mesmo a sua participação no Congresso onde lhe caberá um lugar de honra, tendo a seu cargo a segunda conferência da sessão solene de abertura e dirigindo os trabalhos da III Secção – História da Filosofia em Portugal. Isto para além de toda a colaboração que prestou a Severiano Tavares na preparação do congresso. No entanto, desembaraça-se facilmente das críticas de Eduardo Lourenço, quando tardiamente responde à sua carta... não respondendo (130-131).

Nada prepara o leitor para o virar da centésima quinta página para a centésima sexta. De repente aparece um novo interlocutor, interrompendo cinco anos de correspondência. É pelos piores motivos que surge uma primeira carta de Bacelar e Oliveira: Severiano Tavares morrera no dia 10.01.1955. Uma angina de peito levava o amigo de Mendoza, o grande impulsionador da *Revista Portuguesa de Filosofia*, um dos (senão o) mais ativos bracarenses, o secretário do Congresso, aquele que juntamente com o pensador portuense engendrara aquela ideia. Tal como Moisés, mostra a terra prometida mas não entra nela.

Os trabalhos preparatórios fizeram o seu caminho e chegaram a bom porto. O congresso realizou-se com uma participação que excedeu as expectativas, na ótica do próprio Delfim Santos, não poupando elogios à iniciativa em artigo que escreveu para o *Diário Popular* a 23.03.1955 (139-140). O Congresso contou com a presença de representantes de todas as faculdades de Filosofia do país, ou seja, do Porto, Coimbra e Lisboa. Foi também uma oportunidade para o restante grupo dos bracarenses conhecer o amigo de Severiano Tavares, conforme Lúcio Craveiro da Silva dá testemunho, em carta enviada a agradecer a participação de Delfim Santos no Congresso (52).

A Sociedade Portuguesa de Filosofia foi outra ideia gizada pelos dois amigos em Mendoza. Cedo os dois se empenharam na ideia, percorrendo o

mesmo labirinto burocrático que o Congresso constituiu. Escreveram os estatutos da Sociedade a criar, tendo pedido um parecer a Cabral de Moncada, que aprovou os mesmos. Do Ministério da Educação Nacional haveria de vir a aprovação dos estatutos a 07/01/1950 (65). Mas o mais difícil estava ainda para vir: a constituição de uma direção para Sociedade.

A ideia era simples: uma vez que o apoio de Braga estava garantido, o do Porto garantido através dos amigos e antigos companheiros de curso de Delfim Santos, Lisboa contava com o próprio Delfim Santos e outros, faltava garantir o apoio de Coimbra, a mais antiga e prestigiada instituição de ensino académico. A conclusão foi uma: o presidente teria de ser de Coimbra. Pensaram em primeiro lugar em Cabral de Moncada que inicialmente pareceu aceitar, para posteriormente declinar o convite por mais de uma ocasião. A segunda escolha, a contragosto dos dois, recaiu em Joaquim de Carvalho. Este nunca se comprometeu com o convite nem o declinou liminarmente. Posteriormente fará, através do Instituto para a Alta Cultura e da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, um convite em seu nome a diversos professores de filosofia das diferentes universidades do país para refletirem sobre a constituição da Sociedade (82-83). O mal-estar instalou-se, como escreve na mesma carta Severino Tavares a Delfim Santos e este numa carta a José Marinho (128). No entanto, o livro apenas confia a versão dos dois, pelo que faltaria perceber a questão através da perspectiva de Joaquim de Carvalho. Severiano Tavares morre sem concretizar o projeto, nem mesmo em semente que viesse a dar fruto, de uma Sociedade que apenas viria a existir em 1977 sob a direção do psiquiatra Henrique João de Barahona Fernandes, que substituirá Joaquim de Carvalho na cadeira da Academia das Ciências de Lisboa. Nunca saberemos se Severiano Tavares conseguiria, com mais alguns anos de vida, atingir este intento com Delfim Santos. O livro, após a morte do bracarense, não contém mais nenhuma carta onde a ideia seja mencionada. Sabendo nós que o bracarense já havia mencionado o seu projeto aos restantes companheiros, podemos deduzir que estes se desinteressaram da questão.

Da restante correspondência dos bracarenses é inevitável uma referência especial a Bacelar e Oliveira. Herdou de Severiano Tavares o cargo de secretário do congresso, mais tarde de secretário da *Revista* e, pelo teor das

cartas, a amizade com Delfim Santos. É certo que não foi tão longa e próxima, mas no entanto, depois do amigo de Mendoza, foi sem dúvida o jesuíta mais próximo do pensador portuense. São dele as mais profundas cartas de todo livro, quer em densidade intelectual, quer em profundidade existencial. Refira-se a carta enviada de Freiburg (112) onde sinteticamente elabora um relatório das suas atividades intelectuais, dos encontros que teve com a comunidade intelectual alemã, destacando o encontro privado com Heidegger, a palestra que ouviu de Karl Jaspers ou o conhecimento de figuras como Max Müller, Eugen Fink ou Karl Barth. Numa carta de 13.04.1957 (114-115), agradecendo o tempo que passaram numa pastelaria em Lisboa, aproveita o ensejo para transcrever as suas angústias intelectuais e também existenciais, sinónimo de um certo grau de confiança. As cartas de Lúcio Craveiro da Silva também denotam uma estima e consideração fortes por Delfim Santos, embora não tenham o grau de proximidade do anterior bracarense. De forma desgarrada aparece uma carta de Paulo Durão Alves, cujo teor indicia uma mudança de opinião face a Delfim Santos, a quem elogia o trabalho. A carta é uma resposta, o que indicia um espírito superior a mágoas e ressentimentos por parte do pensador portuense.

Duas reflexões finais. A primeira sobre o passado, presente e futuro da Escola de Braga e da figura de Delfim Santos. No dealbar do novo milénio assistiu-se a um incremento do estudo e análise da Escola de Braga. Sabe-se que decorrem estudos sobre a mesma escola. No entanto é apenas um começo. Uma reflexão séria, materializada em estudos de fundo do que foi o neotomismo e se ainda podemos falar dessa *corrente* nos dias de hoje; que influências recebeu em Braga de outras doutrinas como a fenomenologia transcendental e a fenomenologia hermenêutica; o diálogo interdisciplinar que desde a primeira hora a Escola vem travando com diversas áreas do saber humano. Ou um verdadeiro estudo heurístico e hermenêutico da *Revista Portuguesa de Filosofia*. Estas são algumas das muitas possibilidades de estudo que estão longe de se encontrarem encerradas.

Urge, portanto, aumentar o esforço que está a ser feito sobre o estudo da Escola de Braga. Em primeiro lugar, ele deve partir de dentro. Ninguém melhor do que os próprios conhece os *cantos à casa*. A grande crítica que pode

ser feita a este livro reside no facto de a correspondência ser unívoca, não existe uma única carta de Delfim Santos no arquivo da Escola de Braga, conforme deu conta Bacelar e Oliveira a Manuela de Sousa Marques, viúva de Delfim Santos, em carta datada de 26.03.1996 (123), penitenciando-se em seu nome e da escola, mas referindo que ainda existia uma quantidade apreciável de «*papéis não classificados*» (*ibid.*). Terá esse trabalho sido já realizado? Que tesouros estarão ainda perdidos nos Arquivos da Escola, enquanto possíveis fontes primárias essenciais para o aprofundamento, não apenas da história da academia, mas da própria história do pensamento português, com uma relevância desconhecida na própria história da filosofia contemporânea?

Sobre Delfim Santos deve-se fazer coro com as palavras de José António Alves na introdução ao livro (36). Para quando o desfazer de preconceitos que permita que trabalhos de autores portugueses de relevo façam parte dos currículos das áreas filosóficas por excelência? Delfim Santos é um deles. Muitos dos seus textos poderiam ser importantes contributos para áreas como a Epistemologia ou a Ontologia. Numa altura de grande crise de valores que o país está a passar lembremo-nos que, mesmo nas áreas culturais, é mais rentável a projeção de figuras nacionais do que a constante importação de ideias e pessoas. Isto só é possível através de um incremento da produção filosófica nas universidades (questão que unia os bracarenses ao pensador portuense), sob a única forma que a Filosofia conhece: o texto escrito, enquanto sistematização lógica de ideias, na senda da reorganização e reconfiguração de uma questão prévia.

A segunda reflexão prende-se com o facto de a palavra *tolerância* ser possivelmente a que melhor resume o livro em debate. Recuemos à carta de Paulo Durão Alves a Delfim Santos (120). Elevação de espírito do portuense, e também do bracarense, tomando por sinceras as palavras proferidas, que reside num superior sentido de tolerância. Entre os bracarenses e o portuense existiram sempre hiatos de significação em inúmeros conceitos e proposições filosóficas. O que permitiu uma comensurabilidade interdiscursiva foi, em primeiro lugar, o respeito pelo outro. Mas o conceito de tolerância não se resume a esta inicial atitude passiva. Além de aceitar o outro, empreenderam-se esforços de compreensão da diferença, na certeza de que a mesma faz

crescer ambas as partes. Este ponto não é garante suficiente para a construção do diálogo, mas é sem dúvida necessário para que ele possa existir. Foi devida a esta tolerância, aqui concetualmente definida, que Delfim Santos e Severiano Tavares cresceram a partir do respeito pela diferença, superada em processos dialógicos cujos frutos podem ser vislumbrados no livro em análise.

O livro é sem dúvida uma fonte primária de indubitável importância, quer para conhecermos melhor a Escola de Braga, quer a figura e obra de Delfim Santos. A chave de leitura oferecida pela introdução ao livro *Escola de Braga – A correspondência com Delfim Santos*, de José António Alves e o posfácio de Filipe Delfim Santos à mesma obra ajudam o leitor a alargar o horizonte de leitura da correspondência editada. Possa este trabalho animar e servir de exemplo para o estudo de áreas do pensamento português ainda por desbravar.

